

# PATRONATO PADRE ALBERTO TEIXEIRA DE CARVALHO

## BALANÇO

31 de Dezembro de 2017

Unidade monetária: Euro

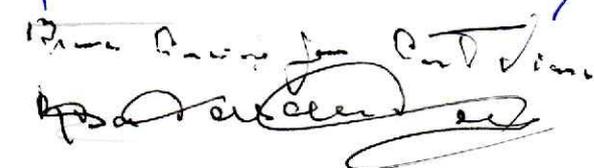
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31.12.2017	31.12.2016
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	867.552,74	882.773,52
Investimentos financeiros		733,92	541,92
		<b>868.286,66</b>	<b>883.315,44</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	5	5.069,30	5.248,24
Créditos a receber		1.377,50	1.895,00
Estado e outros entes públicos		519,73	3.079,40
Diferimentos		4.729,63	7.208,47
Outros ativos correntes		81.417,26	40.537,42
Caixa e depósitos bancários		133.229,41	159.194,70
		<b>226.342,83</b>	<b>217.163,23</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.094.629,49</b>	<b>1.100.478,67</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		<b>456.029,67</b>	456.029,67
Resultados transitados		<b>293.224,65</b>	305.061,51
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		<b>299.545,99</b>	260.831,79
		1.048.800,31	1.021.922,97
Resultado líquido do período		<b>-43.667,85</b>	-11.836,86
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>	8.3	<b>1.005.132,46</b>	<b>1.010.086,11</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Estado e outros entes públicos		<b>11.175,34</b>	23.907,04
Diferimentos		<b>616,00</b>	
Outros passivos correntes		<b>77.705,69</b>	66.485,52
		<b>89.497,03</b>	<b>90.392,56</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>89.497,03</b>	<b>90.392,56</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>1.094.629,49</b>	<b>1.100.478,67</b>

O Contabilista Certificado,

A Direção,



Ante a Razão Perceite Paydos  
 para do Banco de Santo  
 Paulo de São Paulo  
 Ant. de São Paulo  
 Ant. de São Paulo



# PATRONATO PADRE ALBERTO TEIXEIRA DE CARVALHO

Demonstração dos resultados por naturezas  
Período findo em 31 de Dezembro de 2017

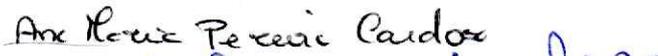
Unidade monetária: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	6	89 920,00	94.294,50
Subsídios, doações e legados à exploração	7	453.284,40	466.944,60
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	-50.432,31	-52.914,76
Fornecimentos e serviços externos	6	-39.872,56	-43.925,53
Gastos com o pessoal	6 + 9	-475.750,47	-461.104,69
Outros rendimentos		17.904,85	13.679,71
Outros gastos		-6.719,02	-1.994,89
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		-11.665,11	14.978,94
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4	-32.002,74	-26.815,80
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		-43.667,85	-11.836,86
<b>Resultado antes de impostos</b>		-43.667,85	-11.836,86
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-43.667,85</b>	<b>-11.836,86</b>

O Contabilista Certificado,



A Direção,

  
 Alexandre Pereira Cardoso  
 Presidente do Conselho de Administração  
 12 de Dezembro de 2017  
 Associação de Desportos e Recreio

# ANEXO

Ao Balanço e à Demonstração dos Resultados por Naturezas  
Período findo em 31 de Dezembro de 2017

## 1- Identificação da entidade:

1.1- Denominação da entidade: Patronato Padre Alberto Teixeira de  
Carvalho – N.I.P.C.: 500 879 443.

1.2- Sede Social: Rua Padre Alberto Teixeira de Carvalho – Ariz, Godim – Peso da Régua

1.3- Natureza da Atividade: A entidade é uma Instituição Particular de Solidariedade Social tendo por objeto o apoio à infância e à juventude nas valências de Creche, Pré-escola e C.A.T.L.

## 2- Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1- As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas, face ao enquadramento da entidade no Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), com base no Normativo Contabilístico e de Relato Financeiro instituído para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho.

2.2- Na elaboração deste documento, evitou-se uma compilação exaustiva das divulgações dos princípios exarados na referida norma. Antes, nela esteve subjacente uma atenta preocupação no sentido de clarificar de forma objetiva as referidas demonstrações, as quais representam de forma fidedigna e estruturada, sem derrogação de quaisquer disposições nela definidas, a posição financeira da entidade evidenciada no Balanço e o desempenho financeiro espelhado na Demonstração dos Resultados por Naturezas.

2.3- Os seus conteúdos são manifestamente comparáveis com os do exercício anterior.

## 3- Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

### 3.1 - Principais políticas contabilísticas:

a) A política ou políticas contabilísticas aplicadas a determinado item decorrem do capítulo da Norma que especificamente trata da transação, acontecimento ou condição.

Principais bases de mensuração utilizadas: As demonstrações em análise foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com respeito pelo denominado regime do acréscimo.

#### b) Outras políticas contabilísticas:

Ao apresentar as peças contabilísticas, a entidade pretende proporcionar aos seus utilizadores, toda a informação necessária para a sua eventual tomada de decisões. Para isso, preparou-as de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) constantes da Estrutura Concetual (EC) num escrupuloso respeito pelos princípios emanados da correspondente Norma (NCRF ESNL), sendo de salientar designadamente:

- o pressuposto da continuidade, o qual assenta na informação presente disponível e nas expectativas esperadas num futuro próximo relativamente à manutenção e desenvolvimento dos objetivos para que foi instituída; o princípio da consistência na aplicação das mesmas políticas contabilísticas em relação a períodos anteriores; o denominado regime do acréscimo, segundo o qual os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando se evidenciam independentemente da ocorrência dos fluxos de caixa; a materialidade e a agregação que se traduz na apresentação separada das diversas classes de itens atendendo à sua materialidade e semelhança e a ausência de

qualquer compensação entre ativos e passivos ou rendimentos e gastos, procurando-se uma desejável comparabilidade das demonstrações no que concerne à quantificação e conteúdo dos seus itens.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro:

Como acima referimos, não existem circunstâncias anormais que nos levem a pressupor situações que possam eventualmente colocar em risco a manutenção da instituição. Ao contrário, a continuidade é um pressuposto que esteve subjacente, aliado ao regime contabilístico do acréscimo, na elaboração das duas demonstrações financeiras.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas:

Nada a referir.

### 3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas foram aplicadas consistentemente de acordo com a Norma (NCRF ESNL) para as transações semelhantes, outros acontecimentos e condições, sem recurso a outras tidas como mais apropriadas.

### 3.3- Alterações nas estimativas contabilísticas

Muitos itens das demonstrações financeiras não podem ser mensurados com precisão, podendo apenas ser estimados, sendo o caso das depreciações e das provisões. As estimativas envolvem juízos de valor baseados na última informação disponível. No período em análise não foram feitos quaisquer ajustamentos às quantias anteriormente consideradas.

### 3.4 - Correção de erros de períodos anteriores

À data do balanço não foram detetados quaisquer erros que ponham em dúvida as demonstrações financeiras apresentadas em períodos anteriores.

## 4- Ativos Fixos Tangíveis

### 4.1- Divulgações tidas como relevantes:

a) Critérios de mensuração usados na determinação da quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção deduzido das respetivas depreciações acumuladas sem referência, por não existirem, a quaisquer perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Instituição. As meras despesas de manutenção e reparação foram reconhecidas no período como gastos, salvaguardo denominado princípio da especialização dos exercícios.

b) Métodos de depreciação usados:

As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha recta. Os terrenos não são depreciados.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

A vida útil económica definida pela instituição relativamente à generalidade dos seus activos fixos tangíveis provém da aplicação das taxas de depreciação definidas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro, por se considerar essa uma avaliação mais criteriosa e objectiva com a situação concreta da entidade.

d) Quantia bruta escriturada e depreciação acumulada no início e no fim do período:

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Descrição	Situação inicial			Situação final		
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciação Acumulada	Quantia escriturada
Terrenos e recursos naturais	24 939,89	0,00	24 939,89	24 939,89	0,00	24 939,89
Edifícios e outras construções	1 526 245,18	697 247,95	828 997,23	1 563 528,55	727 736,99	835 791,56
Equipamento básico	163 527,73	160 619,95	2 907,78	163 527,73	161 209,86	2 317,87
Equipamento de transporte	114 700,45	114 700,45	0,00	114 700,45	114 700,45	0,00
Equipamento administrativo	28 552,22	25 894,49	2 657,73	28 552,22	26 179,48	2 372,74
Outros ativos fixos tangíveis	9 840,06	7 786,67	2 053,39	10 471,97	8 341,29	2 130,68
Investimentos em curso	21 217,50	0,00	21 217,50	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1 889 023,03</b>	<b>1 006 249,51</b>	<b>882 773,52</b>	<b>1 905 720,81</b>	<b>1 038 168,07</b>	<b>867 552,74</b>

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período com evidência das adições, das alienações, depreciações e outras alterações ocorridas no período:

Descrição	Quantia escriturada inicial	Adições	Alienações	Transferências	Depreciações	Quantia escriturada final
Terrenos e recursos naturais	24 939,89					24 939,89
Edifícios e outras construções	828 997,23		2 441,40	39 808,95	30 573,22	835 791,56
Equipamento básico	2 907,78				589,91	2 317,87
Equipamento de transporte	0,00				0,00	0,00
Equipamento administrativo	2 657,73				284,99	2 372,74
Outros ativos fixos tangíveis	2 053,39	631,91			554,62	2 130,68
Investimentos em curso	21 217,50	18 591,45		-39 808,95		0,00
<b>Total</b>	<b>882 773,52</b>	<b>19 223,36</b>	<b>2 441,40</b>	<b>0,00</b>	<b>32 002,74</b>	<b>867 552,74</b>

4.2 – Não existem restrições de titularidade em ativos fixos tangíveis, garantias e compromissos.

4.3 - E não existem quaisquer itens do activo fixo tangível expressos por quantias revalorizadas.

## 5 - Inventários

### 5.1 – Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada:

Os inventários são valorizados ao custo de aquisição, o qual inclui todos os custos de compra e outros incorridos para os colocar no seu local e na sua condição atual. Os descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação dos custos de compra. Relativamente aos inventários recebidos gratuitamente, os mesmos são mensurados ao custo histórico ou custo corrente, dos dois o mais baixo. A quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo consumo é reconhecido.

As saídas de armazém para consumo são valorizadas ao custo específico.

### 5.2 – Quantia escriturada de inventários em classificações apropriadas e quantia de inventários reconhecida como gasto no período comparativamente com o exercício de 2016:

Movimentos	Exercício 2017		Exercício 2016	
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de consumo
Saldo inicial	5 008,50	239,74	5 008,50	2 259,90
Compras		30 781,61		28 812,01
Reclassificação / Regularização		19 471,76		22 082,59
Saldo final	-5 008,50	-60,80	-5 008,50	-239,74
<b>Gastos no período</b>	<b>0,00</b>	<b>50 432,31</b>	<b>0,00</b>	<b>52 914,76</b>

### 5.3 – No período em análise não foram efetuados quaisquer ajustamentos de inventários.

## 6- Rendimentos e gastos

6.1 - Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio do regime do acréscimo.

A instituição enquadra-se no n.º 7 do artigo 9.º do CIVA, pelo que o rédito compreende os montantes faturados menos do imposto sobre o valor acrescentado.

### Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito:

- O rédito encontra-se mensurado pela quantia da retribuição recebida ou a receber pela entidade. As “prestações de serviços” expressas nas demonstrações englobam na sua generalidade as mensalidades dos utentes e as quotizações dos sócios da instituição..
- Quantia de cada categoria de rédito reconhecida no período, para além das quotizações dos sócios no montante de 545,00:

Categoria	Creche	Pré-Escola	C.A.T.L.	Total
Prestações de serviços	29 972,00	52 178,00	7 225,00	89 375,00
Juros	73,90	164,25	35,60	273,75
Total:	<b>30 045,90</b>	<b>52 342,25</b>	<b>7 260,60</b>	<b>89 648,75</b>

AL.  
Dy  
B. 06

6.2 - No tocante a “gastos” são de salientar, comparativamente com o ano anterior, os mais representativos:

<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Serviços especializados	10 188,78	10 095,02
Materiais	1 884,45	3 931,40
Energia e fluidos	17 515,45	18 516,82
Deslocações e estadas	25,00	92,31
Serviços diversos	10 258,88	11 289,98
Total	<b>39 872,56</b>	<b>43 925,53</b>
<b>Gastos com o pessoal</b>		
Remunerações	384 113,64	373 580,57
Encargos s/ remunerações	85 080,20	81 679,00
Seguros Ac.Trabalho	4 262,14	3 534,29
Outros Gastos	2 294,49	2 310,83
Total	<b>475 750,47</b>	<b>461 104,69</b>

## 7- Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável de que serão recebidos e que a entidade irá cumprir com as condições associadas à sua atribuição.

Os subsídios que compensam a entidade pela aquisição ou construção de um ativo são reconhecidos inicialmente em Fundos Patrimoniais, na rubrica “Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais” e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo. Enquadram-se neste contexto os inerentes ao Projeto n.º 015/00/NRT/T1 – no âmbito do POEFDS – Eixo 5 – Medida 5.6 relativo à ampliação/remodelação do edifício e respectiva aquisição de equipamento.

Os subsídios que compensam a entidade por despesas incorridas são registados na demonstração dos resultados no mesmo período em que as despesas sejam reconhecidas.

7.1- Descrição dos subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis constantes em “Outras variações nos fundos patrimoniais”

NO BALANÇO	Saldo 31/12/2016	Aquisições em 2017	Utilização em 2017	Saldo 31/12/2017
SUBSÍDIOS REL.ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
<b><i>Outras Variações nos Fundos Patrimoniais</i></b>				
593 – Subsídios:				
Relativos a Remodelação e Ampliação das instalações:				
Componente PIDDAC	38 906,19		997,60	37 908,59
Componente FEDER	106 729,78		2 734,76	103 995,02
Componente Pública Nacional	70 551,28		1 808,84	68 742,44
Município de Peso da Régua		50 000,00	2 500,00	47 500,00
Soma:	<b>216 187,25</b>	<b>50 000,00</b>	<b>8 041,20</b>	<b>258 146,05</b>
594 – Doações	44 644,54		3 244,60	41 399,94
<b>TOTAL:</b>	<b>260 831,79</b>	<b>50 000,00</b>	<b>11 285,80</b>	<b>299 545,99</b>

Al.

*[Handwritten signature and initials]*  
Bey

7.2 - Descrição dos subsídios de exploração, destinados a compensar os gastos operacionais:

NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS		TOTAL
<i>SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO</i>		
751 – SUBSÍDIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS:		
Do Centro Regional da Segurança Social:		
Rel. Creche		161 130,17
Rel. Pré-Escola		
Actividades educativas	137 308,32	
Actividades de apoio social	79 686,40	
Compensação salarial (origem: Ministério da educação)	37 667,28	254 662,00
Rel. Centro Actividades Tempos Livres		13 305,00
<b>TOTAL DOS SUBSÍDIOS:</b>		<b>429 097,17</b>
753 – DOAÇÕES E HERANÇAS		24 187,23
<b>TOTAL:</b>		<b>453 284,40</b>

## 8– Instrumentos financeiros

### 8.1 – Bases de mensuração e políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros:

A entidade mensura os seus ativos e passivos financeiros ao custo, entendido como a quantia nominal dos direitos e obrigações contratuais envolvidos. Desreconhece um ativo financeiro ou passivo financeiro, ou parte deles, quando, respetivamente os direitos contratuais aos recebimentos se realizam ou quando a obrigação estabelecida no contrato é liquidada.

Relativamente aos instrumentos financeiros evidenciados na contabilidade a mensuração utilizada assenta no respetivo valor nominal.

8.2 – Não foram contabilizados instrumentos financeiros mensurados ao justo valor.

8.3 – Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais:

Rúbricas	Saldo inicial	Débito	Crédito	Saldo final
Fundos patrimoniais	456 029,67			456 029,67
Resultados transitados (1)	293 224,65	43 667,85		249 556,80
Out. variações capital próprio:				
Subsídios (2)	216 187,25	8 041,20	50 000,00	258 146,05
Doações (3)	44 644,54	3 244,60		41 399,94
<b>Total:</b>	<b>1 010 086,11</b>	<b>54 953,65</b>	<b>50 000,00</b>	<b>1 005 132,46</b>

(1) Debitado pelo resultado líquido do período.

(2) Debita por contrapartida de “Outros rendimentos – Imputação de subsídios para investimento” compensando as inerentes depreciações efetuadas nos A.F.T. e acrescido com o subsídio atribuído pelo Município do Peso da Régua, de 50.000,00 euros.

(3) As Doações foram abatidas pelo valor contabilístico da alienação da garagem (herança do Sr. Macedo).

## 9 – Benefícios dos empregados

9.1 – Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras: 28.

9.2- Número de membros dos Órgãos Diretivos: A Direção é constituída por 6 sócios efetivos e 5 suplentes; o Conselho Fiscal formado por 3 efetivos e 3 suplentes e a Mesa da Assembleia por 3 elementos efetivos. Todos são sócios não remunerados pelo desempenho das suas funções.

## 10– Acontecimentos após a data do balanço:

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas numa base de continuidade e não se verificaram acontecimentos, favoráveis ou desfavoráveis, após a data do balanço. Não se procedeu, por conseguinte, a quaisquer ajustamentos aos conteúdos relatados, nem ao reconhecimento de itens diferentes aos anteriormente relatados.

## 11–Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A entidade é uma Instituição Particular de Solidariedade Social regida pelas normas impostas pela tutela, cuja divulgação não se impõe no presente contexto como exigível.

## 12 – Outras divulgações

12.1 – No período foram pagos todos os impostos e contribuições devidos à Autoridade Tributária e à Segurança Social.

12.2 – Não são conhecidos à data da elaboração do presente anexo, quaisquer informações que mereçam relevância nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

O Contabilista certificado,



A Direção,

Anc. Ricardo Pereira Cardoso  
Ricardo Pereira Cardoso  
Ricardo Pereira Cardoso  
Ricardo Pereira Cardoso